



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 13

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25/06/2013
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 25/06/2013

ACTA Nº 13

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica do Gabinete. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 11 de junho de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

Feira Internacional de Artesanato em Lisboa

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que o concelho de Pampilhosa da Serra vai estar presente na Feira Internacional de Artesanato em Lisboa, de 6 a 14 de Julho. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - PSD - Partido Social Democrata **- Pedido de empréstimo de palco**

----- Foi presente uma carta da Secção do PSD da Comissão Política de Pampilhosa da Serra, a solicitar o empréstimo de um palco (pequeno) para utilização na apresentação dos candidatos à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, a realizar no próximo dia 30 de junho de 2013, pelas 16 horas nas instalações da Associação de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ceder o referido palco e proceder de igual forma, se tal for solicitado por outros Partidos Políticos para fim idêntico. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Grupo Motard Zangões do Asfalto **- Encontro Motard em Casal da Lapa - 19, 20 e 21 de julho 2013** **- Isenção do pagamento de taxas**

----- Foi presente um requerimento do Grupo Motard Zangões do Asfalto, a solicitar a isenção do pagamento de taxas respeitante ao licenciamento do encontro Motard a realizar nos dias 19, 20 e 21 de julho do corrente ano, no Casal da Lapa. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - Associação de Ciclismo de Aveiro **- I Downhill Urbano de Pampilhosa da Serra - 27 de julho 2013** **- Isenção do pagamento de taxas**

----- Foi presente um requerimento da Associação de Ciclismo de Aveiro, a solicitar a isenção do pagamento de taxas sobre eventos desportivos realizados neste concelho, nomeadamente provas de Ciclismo, porquanto as mesmas, pretendem criar hábitos desportivos junto da juventude, como é o caso do Downhill Urbano de Pampilhosa da Serra no dia 27 de Julho do corrente ano. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 – SECÇÃO FINANCEIRA

2.2.1 – 7ª Alteração ao Orçamento e 5ª Alteração às Grandes Opções do Plano

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira – Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- “*Informo V.Exª que a presente Alteração ao Orçamento Municipal, é efetuada de acordo com o ponto 8.3.1.5 do Pocal, tendo por base a redistribuição de dotações através de transferência entre rubricas orçamentais, decorrente de dotação insuficiente nas rubricas reforçadas no mapa em anexo.*” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 – Protocolo de Divisão de Energia Eólica

----- Foi presente a Informação nº 014 do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: ---

----- “*Após análise dos mapas de apuramento das contas relativas ao Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelho de Pampilhosa da Serra e Góis, informo V.Exªs dos valores apurados referentes ao 2º Semestre em 2012:* -----

----- - *Parque Eólico Pampilhosa da Serra: 40 112, 51€;* -----

----- - *Parque Eólico Malhadas Góis: 9 693, 63€;* -----

----- - *Parque Eólico Cadafaz: (16 662,85 €).* -----

----- *Valor a transferir para o Município de Góis – 33 143,29 €.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 – Freguesia de Machio

- **Pedido de comparticipação**



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Machio, do seguinte teor: -----

----- *“Pretende esta Junta de Freguesia levar a efeito diversas obras. Contudo, devido aos fracos recursos financeiros não nos é possível dar-lhes cumprimento, pelo que vimos junto de V.Ex^a solicitar comparticipação para que esta Freguesia seja dotada de infraestruturas julgadas relevantes: -----*

----- *Nestes termos solicitados uma comparticipação de 25.000,00 €, para os seguintes investimentos: -----*

----- *- Remodelação da Casa da Carvalha; -----*

----- *- Colocação de aquedutos e manilhas em ruas nas povoações da Freguesia; -----*

----- *- Limpeza e reparação de caminhos rurais, na Freguesia. -----*

----- *Certos com a colaboração desse executivo de sua digna presidência e sem outro assunto, apresentamos os nossos melhores cumprimentos (...)” -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Freguesia de Machio no valor de 25.000,00 €, mediante protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Grau 5 - Turismo e Aventura, Ld^a

- Concessão do Centro Náutico da Barragem de St^a Luzia

----- Foi presente uma carta da empresa Grau 5 - Turismo e Aventura, Ld^a, com sede em Casa Grande, 6230-137 Barroca - Fundão, do seguinte teor: -----

----- *“Estando a terminar o período de concessão do Centro Náutico da Barragem de St^a Luzia que a Grau 5 geriu desde 2008, e considerando todo o trabalho e capital de experiência acumulado desde 2008 na realização de atividades, eventos e gestão do espaço, vimos solicitar a V.Ex^a autorização para explorar por um período de 1 ano (julho 2013 a junho 2014) o Centro Náutico, comprometendo-nos a cumprir com os mesmos requisitos que até agora nos foram exigidos, entre os quais o zelo pelo espaço e equipamento, animação da zona e seguros.” -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta que a época balnear teve início a 15 de junho, considerando que o encerramento do Centro Náutico a 30 de junho (data do terminus do contrato) não seria desejável para a autarquia nem para os veraneantes e visitantes do concelho e tendo em conta que a exploração do Centro Náutico se deverá manter sem interrupções, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a concessão de exploração do Centro Náutico da Barragem de St^a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Luzia à Grau 5 - Turismo e Aventura, Ld^a, por um período de 6 meses, mediante Protocolo. -----

----- Não obstante, a celebração de tal Protocolo ficará dependente da verificação do cumprimento das cláusulas do contrato de concessão de exploração, celebrado com esta Autarquia em 30/06/2008, no que à restituição do espaço e à conferência dos bens móveis constantes do seu Anexo I diz respeito, devendo, pois, ser marcada vistoria ao local. -----

----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra **- Proposta do Sr. Presidente**

----- Pelo Sr. Presidente foi proposta a aprovação do documento que estabelece as Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujo teor se transcreve: -----

----- *“No contexto das autarquias locais é inegável a importância que assumem as pessoas coletivas privadas, mormente as associações, na concretização dos preceitos constitucionais e das políticas concelhias, por contribuírem para a sua efetiva realização e por desempenharem uma função social insubstituível; afirmando-se, cada vez mais, como entidades que desenvolvem competências, preservam tradições, promovem a cultura e a educação, colaboram na construção de realidades novas, enriquecem a vivência individual e coletiva e exercitam a democracia e a cidadania;* -----

----- *Efetivamente, o movimento associativo pampilhosense tem constituído, ao longo dos tempos, uma realidade fulcral na dinamização das comunidades locais. As associações e coletividades existentes têm sido parceiras cruciais na intervenção dos organismos públicos, incluindo os autárquicos, dando respostas a muitas das necessidades das populações, em variadíssimos domínios, como seja no plano desportivo, recreativo, social, cultural e outros, desempenhando, por isso, um papel social de grande relevo e assumindo-se como uma marca fundamental de intervenção, organização e identidade da sociedade civil do concelho de Pampilhosa da Serra.* -----

----- *A par do reconhecimento do papel das coletividades e do associativismo no concelho, o Município tem apoiado o movimento associativo regularmente, ao longo dos anos, através de auxílios financeiros, técnicos e logísticos. Contudo, no atual contexto de contração económica que se vive em Portugal, tendo em conta que este é um território caracterizado por problemas de interioridade assaz conhecidos, com menores oportunidades de desenvolvimento decorrentes da baixa densidade populacional, torna-se urgente implementar mais medidas de apoio ao*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

investimento e à criação de emprego, que contribuam para a criação efetiva de postos de trabalho, de forma a impulsionar a dinamização económica e social das comunidades locais. -----

----- Neste quadro, compete ao Município assumir um papel ativo de colaboração que, por um lado, revitalize e facilite a atuação das coletividades/associações, envolvendo-as no desenvolvimento de projetos mobilizadores de pessoas para o concelho e, por outro, fomente a dinamização, diversificação e qualidade das respetivas atividades associativas.-----

----- Assim, considerando que o Município dispõe de atribuições legalmente consagradas em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme preceitua o art. 13º, nº 1, al. n) da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, sendo que nos termos da al. c) do nº 1 do art. 28º do mesmo diploma, compete aos órgãos municipais "colaborar no apoio a iniciativas locais e emprego"; tendo em conta que o art. 64º, nº 4, al. b) e nº 7, alínea d) da Lei 169/99, de 18 de setembro dispõe no mesmo sentido ao preceituar que as Câmaras Municipais dispõem de competência para "apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra" e para "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município". -----

----- Face ao exposto, importa pois estabelecer, com o presente documento, normas a adotar para atribuição de apoio financeiro, a prestar pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, sedeadas no concelho, que prossigam atividades de natureza recreativa, cultural, desportiva, social ou de outra natureza, com vista a incentivar a criação de emprego em Pampilhosa da Serra.-----

Artigo 1º

Objeto

----- O presente documento tem por objeto a determinação dos procedimentos e critérios a adotar para a atribuição de Incentivo à Criação de Emprego, por parte do Município de Pampilhosa da Serra, às associações que prossigam atividades de natureza recreativa, cultural, desportiva, social ou de outra natureza, e se encontrem sedeadas no concelho de Pampilhosa da Serra.-----

Artigo 2º

Finalidade do Incentivo

1 - O Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra consiste na atribuição de um subsídio, tendo em vista a criação líquida de novos postos de trabalho, no âmbito das atividades prosseguidas pelas associações concelhias referidas no artigo 5º. -----

2 - A criação líquida de novos postos de trabalho, no seio das associações beneficiárias, visa a salvaguarda das vertentes humanista e solidária, potenciar o desenvolvimento e intervenção cívica, inerentes ao movimento associativo e estimular o desenvolvimento da economia local, o apoio às povoações abrangidas pelo âmbito de atuação das associações beneficiárias e a criação de novas oportunidades de trabalho no concelho de Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 3º

Natureza do Incentivo

1. O Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra consiste na atribuição de um subsídio não reembolsável, no valor de 5.000,00 € (cinco mil Euros) por cada novo posto de trabalho criado, através de recurso a contrato de trabalho a termo resolutivo certo e a tempo inteiro, pelo período mínimo de 12 meses.-----
2. A manutenção do posto de trabalho, para além dos 12 meses previstos no nº 1 e a consequente renovação do respetivo contrato de trabalho, até ao período máximo de três anos, faculta à associação beneficiária o direito de solicitar a atribuição de novo subsídio não reembolsável, mediante a apresentação de novo requerimento/candidatura, de igual valor (5.000,00 €) aquando da renovação do respetivo contrato de trabalho em causa, por igual período de tempo, até ao limite máximo de duas renovações.-----
3. O Incentivo à Criação de Emprego, previsto no presente documento, não é cumulável com outros apoios/subsídios à criação de emprego, concedidos por outras entidades públicas, para o mesmo posto de trabalho.-----

Artigo 4º

Criação Líquida de Postos de Trabalho

----- Para efeitos do presente documento, entende-se por criação líquida de postos de trabalho: a criação de postos de trabalho há menos de três meses, a contar da data do requerimento/candidatura e a criação efetiva de postos de trabalho, dentro do prazo de três meses, a contar da data do referido requerimento/candidatura. Para tal releva a data de celebração do contrato de trabalho a termo resolutivo certo e a tempo inteiro, pelo período mínimo de doze meses, sendo o vencimento mínimo a auferir pelo trabalhador indexado ao valor correspondente à retribuição mínima mensal garantida.-----

Artigo 5º

Entidades Beneficiárias

- 1 - O Incentivo à Criação de Emprego poderá ser concedido a pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, que revistam a natureza jurídica de associações e se encontrem legalmente constituídas e em regular funcionamento. As associações beneficiárias deverão prosseguir atividades de natureza recreativa, cultural, desportiva, social ou de outra natureza, com benefícios para os seus associados e relevância para o Município, encontrarem-se sedeadas no concelho de Pampilhosa da Serra, proceder à criação efetiva de novos postos de trabalho e reunir cumulativamente todas as demais condições estabelecidas no presente documento.-----
- 2 - Excluem-se do âmbito de aplicação do presente documento as IPSS.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 6º

Condições de Atribuição

----- Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, podem beneficiar do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, as associações de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no concelho de Pampilhosa da Serra que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições: -----

- 1 – Encontrarem-se legalmente constituídas e em regular e legal funcionamento; -----
- 2 – Terem a situação regularizada junto do Município de Pampilhosa da Serra, Segurança Social e Finanças, no que ao pagamento de taxas, impostos, contribuições ou outras obrigações e tributos diga respeito; -----
- 3 – Tenham criado posto(s) de trabalho há menos de três meses, a contar da data do requerimento/candidatura.-----

Ou -----

- 4 – Criem efetivamente posto(s) de trabalho dentro do prazo de três meses, a contar da data do requerimento/candidatura.-----
- 5 – Efetuem atempadamente a candidatura à atribuição do incentivo à criação de emprego, a qual deverá encontrar-se devidamente instruída.-----

Artigo 7º

Instrução do Pedido de Atribuição do Incentivo à Criação de Emprego

- 1 – O pedido de atribuição do Incentivo à Criação de Emprego é formalizado através de requerimento, subscrito pelo(s) legal(is) representante(s) da associação candidata, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, conforme Anexo I ao presente documento.-----
- 2 – O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos: -----
 - 2.1 – Fotocópia da escritura de constituição da associação e estatutos, bem como de alterações supervenientes;-----
 - 2.2 – Fotocópia da ata de eleição e tomada de posse dos membros dos órgãos sociais; -----
 - 2.3 – Cópia de relatório de atividades e contas, relativo ao ano imediatamente anterior ao da celebração/renovação do contrato de trabalho em causa, com cópia da ata da assembleia-geral que os aprovou;-----
 - 2.4 – Cópia do plano de atividades e orçamento previsional, relativo ao ano da celebração/renovação do contrato de trabalho em causa, com cópia da ata da assembleia-geral que os aprovou; -----
 - 2.5 – Certidões comprovativas da situação contributiva regularizada (Finanças e Segurança Social) ou fornecimento de código de consulta online. A verificação da situação regularizada,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

perante o Município de Pampilhosa da Serra, e junção da correspondente certidão, competirá aos serviços do Município encarregues de acompanhar a execução do presente documento.-----

2.6 – Cópia do quadro de pessoal do ano da candidatura e do anterior, devidamente certificado, ou lista nominativa dos descontos efetuados para a Segurança Social, dos últimos quatro meses, e/ou cópia do (s) contrato (s) de trabalho (s), se aplicável.-----

3. O requerimento para atribuição do Incentivo à Criação de Emprego, bem como a documentação necessária à instrução do pedido, poderão ser remetidos à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra via postal, em formato digital para o endereço: municipio@cm-pampilhosadaserra.pt (podendo vir a ser exigida a documentação original), ou entregues em mão no Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal, até três meses após a criação efetiva de posto(s) de trabalho(s), até três meses antes da efetiva criação de posto(s) de trabalho(s) ou da renovação de contrato de trabalho anteriormente beneficiário do Incentivo à Criação de Emprego.-----

4 – Os serviços do Município, encarregues de acompanhar a execução do presente documento, poderão solicitar às associações candidatas que complementem o requerimento com elementos, documentos ou esclarecimentos que considerem pertinentes para apreciação do pedido.-----

5 – O procedimento para concessão do incentivo à criação de emprego obedecerá à seguinte tramitação:-----

5.1 – Apresentação do requerimento/candidatura, acompanhado da documentação referida supra;

5.2 – Apreciação do requerimento, da documentação e da verificação das demais condições previstas no presente documento;-----

5.2.1 – Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente documento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços de Contabilidade da Autarquia a fim de aferir a existência de verba e respetiva cabimentação orçamental;-----

Ou-----

5.2.2 – Solicitação à associação de elementos, documentos ou esclarecimentos adicionais;-----

5.3 – Deliberação de atribuição ou não do Incentivo, por parte do Órgão Executivo autárquico, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara.-----

5.4 – Notificação das associações candidatas. Sendo certo que o indeferimento do pedido de Incentivo será sempre precedido de audiência prévia, a realizar nos termos do Código do Procedimento Administrativo.-----

5.5 – Celebração de Protocolo, conforme minuta anexa (Anexo II);-----

5.6 – Liquidação do Incentivo;-----

5.7 – Apresentação de comprovativo do cumprimento do disposto no presente documento, no que à criação e manutenção de posto(s) de trabalho respeita (cópia de contrato de trabalho e/ou cópia dos recibos de vencimento dos últimos dois meses).-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 8º

Liquidação do Incentivo

- 1 - A liquidação do Incentivo só se efetivará após a apresentação de toda a documentação, em condições regularizadas, a que alude o artigo anterior e deliberação da Câmara Municipal. -----
- 2 - A liquidação será feita em três tranches: -----
- 2.1 - 2.000,00 €, no prazo máximo de 30 dias após deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal; -----
- 2.2 - 2.000,00 € decorridos seis meses após aquela, verificada que seja a manutenção do posto de trabalho, por apresentação dos dois últimos recibos de vencimento; -----
- 2.3 - 1.000,00 € no termo do contrato, verificado que seja o cumprimento do disposto no presente documento, por apresentação dos dois últimos recibos de vencimento. -----

Artigo 9º

Obrigações das associações beneficiárias

As associações beneficiárias obrigam-se a: -----

- 1 - Fazer prova documental da criação/manutenção dos postos de trabalho, objeto do incentivo, sempre que solicitado, independentemente do previsto no presente documento, nomeadamente através da apresentação do quadro de pessoal devidamente certificado e dos últimos recibos de vencimento, se aplicável; -----
- 2 - Fazer prova de que o posto de trabalho, objeto do incentivo, se encontra afeto ao desenvolvimento das atividades prosseguidas pela associação e ao apoio às povoações locais, sempre que solicitado. -----

Artigo 10º

Incumprimento

- 1 - Considerar-se-ão em situação de incumprimento todas as associações beneficiárias que: -----
 - a) Não procedam à criação do(s) posto (s) de trabalho no prazo máximo de três meses a contar da data da atribuição do incentivo; -----
 - b) Procedam à extinção, por qualquer forma ou meio previsto na legislação laboral e sem justa causa, do posto de trabalho criado nos três meses anteriores à concessão de incentivo; -----
 - c) Procedam à extinção, por qualquer forma ou meio previsto na legislação laboral e sem justa causa, dos postos de trabalho, objeto de incentivo, antes do prazo mínimo de duração do contrato (12 meses); -----
 - d) Apliquem, no todo ou em parte, o subsídio concedido na prossecução de outros fins que não sejam os contemplados no presente documento, ainda que diretamente relacionados com a prossecução das respetivas atividades estatutárias; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

e) Prestem falsas declarações ou omitam informações relevantes no sentido de obterem o incentivo à criação de emprego. -----

2 - As situações de incumprimento constituem as associações beneficiárias na obrigação de devolver os valores rececionados, voluntariamente, em prazo a estabelecer pela Câmara Municipal, ou por recurso à via judicial. -----

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior as falsas declarações ou as situações de conluio verificadas serão punidas nos termos da lei penal. -----

Artigo 11º

Fiscalização

1 - À Câmara Municipal compete, no âmbito dos seus poderes de fiscalização, a verificação do cumprimento das obrigações previstas no presente documento. -----

2 - A todo o tempo, a Câmara Municipal poderá solicitar os documentos que considere pertinentes para a verificação das obrigações emergentes do presente documento. -----

Artigo 12º

Dúvidas e Omissões

----- As dúvidas e omissões que resultarem da redação, interpretação ou aplicação do presente documento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal. -----

Artigo 13º

Entrada em Vigor

----- O presente documento entrará em vigor após aprovação pela Câmara Municipal." -----

ANEXO I

REQUERIMENTO/CANDIDATURA

Entrada	Informação	Despacho
Reg nº: _____	_____	_____
Data: _____	_____	_____
	O Funcionário	O Presidente da Câmara
	_____	_____
	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

1. Identificação do Requerente

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____ - _____

NIF _____ BI/CC nº _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

Na qualidade de _____, representante da associação
infra identificada (início do mandato _____ fim do mandato _____)**2. Identificação da Associação**

Denominação _____

Sede _____

Localidade _____ Código Postal _____ - _____

NIPC _____

Telefone _____ Fax _____ Email _____

Página WEB _____

3. Caraterização da Associação

Nº de associados _____ Nº de funcionários _____

Data de aprovação dos Estatutos - escritura pública de ____/____/____

Data das alterações aos Estatutos - escritura pública de ____/____/____ e ____/____/____

Órgãos Sociais (à data da apresentação da candidatura):**Direção**

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Assembleia Geral (Presidente e membros que constituem a Mesa)

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Conselho Fiscal

Nome _____ Cargo _____



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Nome _____ Cargo _____

Principais atividades desenvolvidas pela Associação

Vem requerer a V. Ex^a se digne apreciar a presente candidatura para atribuição de Incentivo à Criação e Emprego em Pampilhosa da Serra, de acordo com o documento aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada em ___/___/2013 e em sessão da Assembleia Municipal realizada em ___/___/2013, que declaro conhecer.

Para o efeito, informa-se que a Associação candidata, pretende:

☐ Criar ___ posto(s) de trabalho, no prazo máximo de três meses, a contar da presente data, que afetará ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) atividades:

_____, no local de _____ pelo que juntará cópia do(s) respetivo(s) contratos de trabalho.

☐ Criou ___ posto(s) de trabalho, há menos de três meses, a contar da presente data, que afetou ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) atividades:

_____, no local de _____ pelo que junta cópia do(s) respetivo(s) contratos de trabalho e dos dois últimos recibos de vencimento.

☐ Pretende renovar o(s) contrato(s) de trabalho, objeto de anterior incentivo, por igual período de tempo, no prazo de três meses, a contar da presente data, que continuará a afetar ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) atividades:

_____, no local de _____ pelo que juntará cópia do(s) respetivo(s) contratos de trabalho e dos dois recibos de vencimentos pagos após a renovação.

Junta a seguinte documentação:

☐ Fotocópia da escritura de constituição da associação e estatutos, bem como de alterações supervenientes;

☐ Fotocópia da ata de eleição e tomada de posse dos membros dos órgãos sociais;

☐ Cópia de relatório de atividades e contas, relativo ao ano imediatamente anterior ao da celebração/renovação do contrato de trabalho em causa, com cópia da ata da assembleia-geral que os aprovou;



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

☐ Cópia do plano de atividades e orçamento previsional, relativo ao ano da celebração/renovação do contrato de trabalho em causa, com cópia da ata da assembleia-geral que os aprovou;

☐ Certidões comprovativas da situação contributiva regularizada (Finanças e Segurança Social) ou fornecimento de código de consulta online.

☐ Cópia do quadro de pessoal do ano em curso e do anterior, devidamente certificado ou lista nominativa dos descontos efetuados para a Segurança Social, dos últimos quatro meses, se aplicável.

☐ Cópia do (s) contrato (s) de trabalho (s), se aplicável, e dos dois recibos de vencimento.

Na qualidade de requerente e legítimo representante da Associação candidata, declro sob compromisso de honra, ser verdade as informações acima referidas e o teor dos documentos juntos,

Data: ____/____/____

Assinatura e carimbo

ANEXO II MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICIÁRIA

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA, pessoa coletiva de direito público n.º 506 811 883, neste ato legalmente representada, com poderes para o ato, por _____, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, de ora em diante designado unicamente por **Município**

E

_____ (denominação da associação), NIPC/NIF _____, com sede em _____, neste ato legalmente representada, por _____, na qualidade de _____ e por _____, na qualidade de _____, de ora em diante apenas e abreviadamente designada por **Associação**;

Atento o disposto nas Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, aprovadas em reunião da Câmara Municipal realizada em 25/06/2013, e da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em ____ de ____ de 20____, e com base nos seguintes princípios:

Considerando os esforços desenvolvidos pelas populações locais, através das suas associações mais representativas, no sentido de promoverem medidas tendentes a proporcionar às pessoas oportunidades de realização pessoal, pela promoção de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, promovendo, consequentemente, o aumento do convívio, do bem-estar social e da qualidade de vida da população local;



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra é, historicamente, um concelho onde as pessoas interagem sob a forma de associativismo. E que as associações e coletividades existentes têm sido parceiras cruciais na intervenção dos organismos autárquicos, dando respostas a muitas necessidades das populações, em variadíssimos domínios, como seja no plano desportivo, recreativo, social, cultural e outros, desempenhando, por isso, um papel social de grande relevo e assumindo-se como marcas fundamentais de intervenção, organização e identidade civil do concelho de Pampilhosa da Serra;

No atual contexto de contração económica que se vive em Portugal, tendo em conta que este é um território caracterizado por problemas de interioridade assaz conhecidos, o Município considera urgente apoiar a criação efetiva de postos de trabalho, de forma a impulsionar a dinamização económica e social das comunidades locais;

Neste quadro, pretende o Município assumir um papel ativo de colaboração que revitalize e facilite a atuação das associações, fomentando a dinamização, diversificação e qualidade das respetivas atividades associativas;

Assim, considerando que o Município dispõe de atribuições legalmente consagradas em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme preceitua o art. 13º, nº 1, al. n) da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, sendo que nos termos da al. c) do nº 1 do art. 28º do mesmo diploma, compete aos órgãos municipais "colaborar no apoio a iniciativas locais de emprego"; tendo em conta que o art. 64º, nº 4, al. b) e nº 7, alínea d) da Lei 169/99, de 18 de setembro dispõe no mesmo sentido ao preceituar que as Câmaras Municipais dispõem de competência para "apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra" e para "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município", é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, ao abrigo do disposto no artigo 67º da Lei nº 169/99, e 18 de setembro que, livremente e de boa fé, ambos os outorgantes subordinam ao disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

1 - Constitui objeto do presente Protocolo, atenta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia ____ de ____ de ____, a concessão à _____ (associação) de um subsídio não reembolsável, no valor de 5.000,00€, por cada posto de trabalho criado/a criar, através da celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo e a tempo inteiro, pelo período mínimo de 12 meses, no montante total de _____ Euros (conforme o nº de postos e trabalho efetivamente criados ou a criar).

OU

1 - Constitui objeto do presente Protocolo, atenta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia ____ de ____ de ____, a concessão à _____ (associação) de um subsídio não reembolsável, no valor de 5.000,00€, pela



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

1ª ou 2ª renovação, por igual período e tempo, do contrato de trabalho, celebrado em ____/____/____, objeto de Incentivo aquando da sua celebração.

2 - Para efeitos de atribuição do subsídio referido no nº 1, entende-se por criação líquida de postos de trabalho o disposto no art. 4º do documento que estabelece as Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, o qual se anexa ao presente Protocolo dele fazendo parte integrante.

CLÁUSULA SEGUNDA

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PROTOCOLO

O presente Protocolo produz efeitos na data da sua assinatura e cessa com a sua realização integral.

CLÁUSULA TERCEIRA

PAGAMENTO

1 - O pagamento do Incentivo a que se refere a Cláusula Primeira será efetuado após apresentação da documentação referida no art. 9º do documento que estabelece as Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra e deliberação da Câmara Municipal nesse sentido.

2 - A liquidação do Incentivo será feita em três tranches:

2.1 - 2.000,00 €, no prazo máximo de 30 dias após deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal;

2.2 - 2.000,00 € decorridos seis meses após aquela, verificada u seja a manutenção do posto de trabalho, por apresentação de cópia dos dois últimos recibos de vencimento;

2.3 - 1.000,00 € no termo do contrato de trabalho, verificado que seja o cumprimento do disposto no documento que estabelece as Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, por apresentação de cópia dos dois últimos recibos de vencimento.

CLÁUSULA QUARTA

APLICABILIDADE DO SUBSÍDIO

1. No âmbito do presente Protocolo e, para os efeitos nele previstos, a Associação compromete-se

(...) a criar ____ posto de trabalho, no prazo máximo de três meses, a contar de ____/____/____ (data da candidatura/requerimento), que afetará ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) atividade (s):

no local de _____, juntando para o efeito cópia do(s) respetivo (s) contrato(s) de trabalho.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

(...) a manter o posto de trabalho criado há menos de três meses, a contar de ____/____/____ (data da candidatura/requerimento), que afetará ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) atividade (s):

no local de _____, juntando para o efeito cópia do(s) respetivo (s) contrato(s) de trabalho e dos dois últimos recibos de vencimento.

(...) a renovar o(s) contrato(s) de trabalho, objeto de anterior incentivo, por igual período de tempo, no prazo de três meses, a contar de ____/____/____ (data da candidatura/requerimento), que continuará a afetar ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) atividade (s): _____, no local de _____, juntando para o efeito cópia do(s) respetivo (s) contrato(s) de trabalho e dos dois últimos recibos de vencimento pagos após a renovação.

CLÁUSULA QUINTA

FINANCIAMENTO

Existe verba para efetuar o pagamento do apoio financeiro consignado no presente Protocolo, prevista na rubrica orçamental _____.

CLÁUSULA SEXTA

INCUMPRIMENTO

1 Considerar-se-ão em situação de incumprimento as associações beneficiárias que:

- a) Não procedam à criação do(s) posto (s) de trabalho no prazo máximo de três meses a contar da data da atribuição do incentivo;
- b) Procedam à extinção, por qualquer forma ou meio previsto na legislação laboral e sem justa causa, do posto de trabalho criado nos três meses anteriores à concessão de incentivo;
- c) Procedam à extinção, por qualquer forma ou meio previsto na legislação laboral e sem justa causa, dos postos de trabalho, objeto de incentivo, antes do prazo mínimo de duração do contrato (12 meses);
- d) Apliquem, no todo ou em parte, o subsídio concedido na prossecução de outros fins que não sejam os contemplados no presente documento, ainda que diretamente relacionados com a prossecução das respetivas atividades estatutárias;
- e) Prestem falsas declarações ou omitam informações relevantes no sentido de obterem o incentivo à criação de emprego.
- f) Apliquem, no todo ou em parte, o subsídio concedido pela Autarquia à criação ou manutenção de posto de trabalho, já subsidiado/apoiado por outras entidades públicas.

2 - As situações de incumprimento constituem as associações beneficiárias na obrigação de devolver os valores rececionados, voluntariamente, em prazo a estabelecer pela Câmara Municipal, ou por recurso à via judicial.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior as falsas declarações ou as situações de conluio verificadas serão punidas nos termos da lei penal.

CLÁUSULA SÉTIMA FISCALIZAÇÃO

1 - À Câmara Municipal compete, no âmbito dos seus poderes de fiscalização, a verificação do cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo e das demais constantes do documento que estabelece as Normas de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra documento.

2 - A todo o tempo, a Câmara Municipal poderá solicitar os documentos que considere pertinentes para a verificação das obrigações emergentes do presente documento.

CLÁUSULA OITAVA DÚVIDAS E OMISSÕES

A resolução dos casos omissos, assim como a interpretação, em caso de dúvida, das cláusulas constantes do presente Protocolo, serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal.

E porque estão de acordo, vão assinar:

O Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, em representação do Município de Pampilhosa da Serra

O _____ e o _____ da Associação, em sua representação

Feito em duplicado em Pampilhosa da Serra, aos ____ dias do mês de ____ de ____

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar bem como dar conhecimento do teor do documento em questão à Assembleia Municipal. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, designar o Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal como responsável pela execução e acompanhamento dos procedimentos previstos naquele documento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.3.3 - POF - PORTUGALOFFROAD UNIPessoal, LD^a - Protocolo de Colaboração

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a POF - **PORTUGALOFFROAD UNIPessoal, LD^a**, cujo objeto consiste em estabelecer medidas de cooperação e apoio, entre o Município e a POF tendo em vista a divulgação das potencialidades do território pampilhosense e incremento do turismo no concelho de Pampilhosa da Serra.-----

----- De entre outras obrigações, o Município compromete-se a adquirir serviços de animação turística, no âmbito das atividades desenvolvidas pela POF, cumpridos que forem os preceitos legais para a realização da despesa, enquanto vigorar o presente Protocolo, em eventos a definir de comum acordo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.4 - Cedência do uso da fração A do Centro Comercial à PAMPIMEL - Cooperativa de Apicultores e Produtores de Medronho de Pampilhosa da Serra, CRL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Em 29 de junho de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pampimel – Cooperativa de Apicultores e Produtores de Medronho de Pampilhosa da Serra, CRL, onde se estabeleceu a cedência, gratuita, do uso e fruição da fração A do Centro Comercial aquela Cooperativa, para a prossecução das suas atividades estatutárias, pelo período de um ano. -----

----- Considerando a deliberação do Órgão Executivo Camarário, tomada na sua reunião de 26 de junho de 2012, foi alterada a cláusula segunda do Protocolo de Colaboração acima referido, no sentido de o mesmo ser renovado por mais um ano, formalizada através de uma Adenda ao Protocolo. -----

----- Assim, atento o disposto no n.º 2 da cláusula segunda da referida adenda, cumpre informar V.Ex^a que a mesma dispõe o seguinte: -----

----- “ **Findo o prazo estipulado no número anterior, a Câmara Municipal reavaliará a continuação da cedência do espaço em questão e deliberará sobre a renovação ou não do presente protocolo, por igual ou superior período de tempo.**”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade a renovação do protocolo, por dois anos, formalizada através da assinatura de uma Adenda ao Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para proceder à respetiva assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - CONCURSOS PÚBLICOS

3.1.1 - Aquisição de Escavadora Giratória de Rastos

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso público “Aquisição de Escavadora Giratória de Rastos”, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- Assim e no cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei n.º 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei n.º 278/2009 de 02 de Outubro, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Abertura de concurso, na modalidade de Hasta Pública, para adjudicação a cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”

----- Foram presentes as minutas do Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, respeitantes ao concurso para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, localizados na Av. dos Bombeiros Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade proceder à



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

abertura do concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina", propriedade deste Município, bem como aprovar o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, nos precisos termos e que se encontram redigidos, os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, que atento o facto de este ser já o terceiro procedimento aberto este ano para adjudicação da cessão de exploração daqueles espaços, tendo em conta o aproximar da chamada "época alta" no concelho de Pampilhosa da Serra e o início da época balnear a 15 de junho, considerando ainda que a vila carece de estabelecimentos de restauração e bebidas que possam satisfazer as necessidades de todos os veraneantes e visitantes do concelho nesta altura do ano, atendendo ao facto de, por esses motivos, a Câmara Municipal considerar a adjudicação de tais imóveis urgente, a hasta pública deverá ser realizada já do dia 4 de julho de 2013, pelas 10:00h, devendo o referido procedimento ser publicitado com a antecedência mínima de cinco dias corridos, nos lugares de estilo, sedes de Juntas de Freguesia e jornal "Diário de Coimbra". -----

----- Deliberou ainda, por unanimidade, que a praça fosse dirigida por uma Comissão composta por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- Vogais: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior; -----

----- Felisberto Neves Pinto, Técnico Superior; -----

----- Suplentes: Luís Filipe Simões Baptista, Técnico Superior e António Mendes Garcia Barata, Técnico Superior. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – Pedido de Parecer Prévio Vinculativo

- Estudo, Implementação e Homologação de Percorso Pedestre_Villa Pampilhosa

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- "Atendendo ao disposto na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2013, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 75.º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto.-----

----- O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 10, do artigo 75.º, da Lei do Orçamento de Estado 2013, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----

----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima.-----

----- Considerando: -----

- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013; -----
- 2) Que o n.º 10 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações;-----
- 3) De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da:-----
 - a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;-----
 - b) Existência de cabimento orçamental;-----
 - c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável).-----
- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços de Estudo, Implementação e Homologação de Percorso Pedestre_Villa Pampilhosa;-----
- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----
- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços;-----
- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto – Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;-----
- 9) Que o valor base estimado é de 10.000,00 € (dez mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14;-----
- 10) Que serão consultadas as seguintes entidades:-----
- a) YTRAVEL, LDA, com sede no Largo da Bica, Castelo Novo, 6230-160 CASTELO NOVO;-----
- b) Américo Rolo, Construções, Lda, com sede em Vila Melhorada, 28, 6150-532 PROENÇA-A-NOVA;-----
- c) Ambienti D'Interni, Unipessoal, Lda, com sede em PEPA, P4 Vale Serrão, 6150-508 Proença-a-Nova;-----
- 11) Que o valor base da prestação de serviços é de 10.000,00 € (dez mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----
- 12) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.-----

----- NESTE TERMOS PROPONHO: -----

- a) Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de “Estudo, Implementação e Homologação de Percurso Pedestre_Villa Pampilhosa”, nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;-----
- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior”.-----

----- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer prévio vinculativo, nos termos do disposto no art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, relativamente à aquisição de serviços de “Estudo, Implementação e Homologação de Percurso Pedestre_Villa Pampilhosa”.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.2 – OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 –Modernização Administrativa de Pampilhosa da Serra_Declaração a que se refere a alínea d) do nº 5 do aviso de candidatura

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Enquadrada pelo Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) e nos termos do Regulamento do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), o município de Pampilhosa da Serra irá apresentar uma candidatura ao aviso n.º 01/SAMA/2012 (2ª fase).-----

----- A referida candidatura, denominada “Modernização Administrativa em Pampilhosa da Serra”, prevê a disponibilização dos serviços municipais numa lógica de Balcão Único Multicanal (presencial, online e telefónico). -----

----- Pretende-se deste modo implementar um novo modelo de atendimento, orientado para a satisfação dos cidadãos e empresas, prestados no canal da sua conveniência (presencial, telefone, internet, email), permitindo a um cidadão ou empresa iniciar uma interação com o município num canal e acompanhar a sua evolução noutra canal.

A alínea d) do n.º 5 do aviso exige, para aceitação e admissão da candidatura, “a apresentação de uma declaração por parte do Ministério da tutela sectorial que assuma o compromisso firme quanto ao carácter estratégico do projeto e à prioridade da respetiva implementação”. -----

----- No caso das entidades da Administração Local Autárquica, e considerando o princípio da autonomia do poder local, a referida declaração deverá ser emitida pela Assembleia Municipal.-----

----- Considerando que: -----

----- 1.O município tem vindo a implementar medidas de simplificação administrativa, que têm como principal objetivo a redução dos custos de contexto; -----

----- 2.A presente operação permite a consolidação desta estratégia;-----

----- Sugere-se que a Câmara Municipal aprecie e vote e remeta à Assembleia Municipal para que esta, emita a declaração referida, que deverá ter a seguinte redação: -----

----- “A operação “Modernização Administrativa em Pampilhosa da Serra”, candidatada ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), enquadrada pelo aviso para a apresentação de candidaturas n.º 01/SAMA/2012, tem como principal objetivo a disponibilização de todos os serviços municipais numa lógica de Balcão Único Multicanal (presencial, online e telefónico). -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- *Considera-se que a presente operação:*-----
- *a) Assume um carácter estratégico, sendo decisiva para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelo município às empresas e aos cidadãos e contribuindo deste modo para os esforços de modernização administrativa em curso em consistência com os objetivos nacionais e regionais estabelecidos neste domínio;*-----
- *b) Assume um carácter prioritário, no sentido em que a implementação tem primazia em relação a outros eventuais projetos ou necessidades de investimento e pode ser concretizada no prazo máximo de 24 meses.*-----
- *À consideração superior."*-----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que esta emita a Declaração referida, nos termos supra mencionados.-----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

3.3 - OBRAS PARTICULARES

- 3.3.1 Vistoria a edifício em mau estado na localidade de Padrões**
- **Processo Vistorias Diversas n.º 04/2011**
 - **Proprietários: Maria de Jesus Tavares, CCH e restantes herdeiros**

- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---
- *"O imóvel em mau estado sito na Travessa do Bajouco, na localidade de Padrões, freguesia de Portela do Fojo, concelho de Pampilhosa da Serra, foi alvo de vistoria em 17/05/2011, tendo a Sra. Maria de Jesus Tavares, enquanto Cabeça de Casal da Herança, sido notificada do teor do relatório final de vistoria em 06/07/2011, através do ofício n.º 04172, no qual lhe foram impostas obras de correção das anomalias verificadas.*-----
- Decorrido que foi o prazo para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, reparação da cobertura e da fachada que confina com a Travessa do Bajouco, sem que os proprietários tenham executado os mesmos, foi elaborado um orçamento tendo por base a tabela de preço/hora de máquinas e viaturas, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 05/05/2004, e os valores atuais dos encargos diários deste Município com o pessoal afeto aos trabalhos a realizar, tendo-se obtido o valor de 2.687,90 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme orçamento anexo ao presente processo de vistoria.-----
- Em sede de audiência prévia para tomada posse administrativa do imóvel por parte do Município, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, alterado e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, Em 17/11/2011, foi a Sra. Maria de Jesus Tavares, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança, através do ofício n.º 07001, informada do valor obtido e final do custo dos trabalhos a realizar.-----

----- Durante o prazo de audiência prévia, deu entrada neste Município uma pronúnciação escrita da Sra. Maria de Jesus Tavares, Cabeça de Casal da Herança, datada de 28/11/2011, registada sob o n.º 6190 (Registo Geral) de 30/11/2011, onde a proprietária expressou não colocar qualquer objecção quanto à realização das obras, somente quanto a capacidade para suportar o custo das mesmas.-----

----- Não obstante terem sido impostas obras de correção a realizar atendendo às condições verificadas no local, a Sra. Maria de Jesus Tavares, Cabeça de Casal da Herança, e os demais proprietários, pelas mais variadas razões não procederam à realização dos trabalhos necessários.-----

----- Recentemente, os serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, verificaram que parte da fachada que confina com a Travessa do Bajouco, à qual foram impostas em sede de vistoria, obras de correção, ruiu sobre a referida via pública, obstruindo-a, encontrando-se a restante parte da fachada que permanece de pé em risco de ruir.-----

----- Em consequência de tal facto, foi a Sra. Maria de Jesus Tavares, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Carlos Luís Tavares, notificada, através do ofício n.º 2126, datado de 23/04/2013, para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis proceder à desobstrução e limpeza da via pública e à demolição dos elementos que ameaçam ruir sobre esta, sob pena de, caso assim não procedesse, o Município tomar posse administrativa do imóvel e proceder à execução coerciva das referidas obras e das demais determinadas em sede de vistoria, nos termos do disposto no art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, por força do n.º 2 do art.º 91.º do referido diploma.-----

----- Mais se comunicou que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistoria, será aplicado o disposto no art.º 108.º do referido diploma, sendo as mesmas imputadas à Sra. Maria de Jesus Tavares, Cabeça de Casal da Herança, enquanto administradora da herança.-----

----- Durante o prazo de audiência prévia da citada comunicação, deu entrada neste Município uma pronúnciação escrita da Sra. Maria de Jesus Tavares, datada de 06/05/2013, registada sob o n.º 1934 (Registo Geral) de 07/05/2013, onde a mesma comunica não exercer quaisquer funções de Cabeça de Casal da Herança de Carlos Luís Tavares, não compreendendo as constantes notificações relativas ao imóvel em apreço, pedindo para deixar de ser notificada quanto às questões e obrigações relativas ao referido imóvel e para que seja averiguado sobre quem realmente exerce as funções de Cabeça de Casal.-----

----- Relativamente ao exposto, entenderam os serviços técnicos de obras particulares deste Município que a Sra. Maria de Jesus, enquanto Cabeça de Casal da Herança e única proprietária, deverá, salvo prova em contrário, continuar a responder pelas obrigações e responsabilidades associadas ao estado do imóvel em apreço.-----

----- Desse facto, foi notificada a Sra. Maria de Jesus, enquanto Cabeça de Casal da Herança e única proprietária, através do ofício n.º 2366, datado de 16/05/2013, para tomar conhecimento do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

teor da presente informação e dar cumprimento ao determinado no ofício n.º 2126, datado de 23/04/2013, para, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, proceder à desobstrução e limpeza da via pública e à demolição dos elementos que ameaçam ruir sobre esta, sob pena de, caso assim não procedesse, o Município vir a tomar posse administrativa do imóvel e proceder à execução coerciva das referidas obras e das demais determinadas em sede de vistoria, nos termos do disposto no art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, por força do n.º 2 do art.º 91.º do referido diploma, e que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistoria, será aplicado o disposto no art.º 108.º do referido diploma, sendo as mesmas imputadas à Sra. Maria de Jesus Tavares, Cabeça de Casal da Herança, enquanto administradora da herança e proprietária.---

----- Pelo exposto, decorrido que foi o prazo de audiência prévia e após conhecimento da não realização dos trabalhos impostos, de acordo com a informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entende-se que deverá ser determinada a posse administrativa do imóvel em ruínas e a execução coerciva das obras de desobstrução e limpeza da via pública, de demolição dos elementos que ameaçam ruir sobre esta e das demais determinadas em sede de vistoria, nas quais se incluem a vedação dos acessos aos pisos térreo e superior do imóvel e a remoção e depósito a vazadouro de todos os entulhos resultantes da parte que já ruiu e da demolição, de acordo com o disposto no art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, por força do n.º 2 do art.º 91.º do referido diploma.-----

----- Mais se propõe que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 2.687,90 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja aplicado o disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03. -----

----- À consideração superior. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com a Informação dos Serviços de Obras Particulares. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 -DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - GABINETE DE TURISMO

4.1.1 - I Downhill Urbano "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza"



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a Informação nº 12/2013 do Gabinete de Turismo do seguinte teor: -----

----- *“ Na sequência do pedido de apoio financeiro da Associação de Ciclismo de Aveiro no valor de 2.100,00 €, para a realização do I Downhill Urbano “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”, consideramos, -----*

----- 1. O território pretende afirmar-se como destino de Turismo de Natureza; -----

----- 2. Promover a dinamização social e económica da Vila de Pampilhosa da Serra; -----

----- 3. O evento está em sintonia com o plano de animação municipal para o turismo; -----

----- 4. A marca “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza” traduz uma forte e estruturada aposta no ciclismo.-----

----- *À consideração superior.” -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Associação de Ciclismo de Aveiro, no valor de 2.100,00 €, mediante Protocolo, para a realização do evento supramencionado. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - AÇÃO SOCIAL

5.1.1 - Tabela de Comparticipação - Educação Pré-escolar

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *“ No seguimento da dinamização da componente de apoio à família do jardim-de-infância de Pampilhosa da Serra, e com o objetivo de fixar os montantes das mensalidades dos prolongamentos de horário, vimos por este meio propor que se mantenha os mesmos montantes do ano letivo transato, atendendo à conjuntura económica atual. -----*

----- *Seguem-se as tabelas com proposta de prolongamento e almoço para melhor visualização. À consideração superior.” -----*

Capitação	Comparticipação familiar	Escalões Variáveis	
		Mínimo	Máximo
1º Escalão - Até 135,00€	Prolongamento: 5%	---	6,75€
2º Escalão - 135,00€ a 225,00€	Prolongamento: 5%	6,75€	11,25€
3º Escalão - 225,00€ - 315,00€	Prolongamento: 6%	11,25€	18,90€
4º Escalão - 331,00€ - 450,00€	Prolongamento: 7%	18,90€	29,05€



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

5º Escalão - 450,00€ - 675,00€	Prolongamento: 8%	29,05€	54,00€
6º Escalão - Superior a 675,00€	Prolongamento: 9%	----	60,75€

Proposta Almoço

Capitação	Comparticipação familiar
Escalão A	Isenção
Escalão B	50%
Escalão C	80%
Restantes Escalões	100%

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 - EDUCAÇÃO

5.2.1 - Transportes Escolares - Ano Letivo 2013/2014

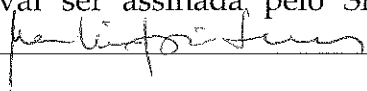
----- Foi presente o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2013/2014, tendo o Sr. Presidente referido que o mesmo abrange 15 circuitos. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos circuitos e, após análise do Plano, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,  _____, que a subscrevi. -----

